

Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente de arrou encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Secretário do Tribunal Pleno, lavrei a presente ata, que, aprovada, vai assinada por S.E.Xa. e por mim subscrita.

NELSON VIRGÍLIO DO NASCIMENTO
Presidente
WALDIR CARVALHO
Secretário do Tribunal Pleno

ATA Nº 70/80

ATA DA SESSÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA A 26.08.80

Às dezesseis horas do dia vinte e seis do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta, à Rua da Consolação, número um mil, duzentos e setenta e dois, vigésimo andar, nesta Capital, reuniu-se o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, em sessão administrativa, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Nelson Virgílio do Nascimento, com a presença do Secretário do Tribunal Pleno, Dr. Waldir Carvalho e dos Exmos. Srs. Juizes Bento Pupo Pesce, Roberto Barretto Prado, Wilson de Souza Campos Batalha, Roberto Mário Rodrigues Martins, Antônio Pereira Magaldi, Nelson Ferreira de Souza, Afonso Teixeira Filho, Antônio Lamas, Henrique Victor, Aluysio Simões de Campos, Marcos Manus, Pedro Benjamin Vieira, Benedito Dario Ferraz, Octavio Pupo Nogueira Filho, Fernando da Cunha Gonçalves, Rubens Ferrari, Geraldo Santana de Oliveira, Júlio de Araújo Franco Filho, Fausto Gigliotti, Francisco Garcia, Monreal Júnior, Francisco Pugliesi, Délcio Trevisan, Helder Almeida de Carvalho, Vinicius Ferraz Torres e Celso Mendes Peres Carpintero.

Aberta a sessão.

Inicialmente, acolhendo proposta do Exmo. Sr. Juiz Marcos Manus, determinou o E. Tribunal, por unanimidade de votos, fosse consignado em ata voto de reconhecimento à funcionária Isabel de Castro Mello pelo trabalho desenvolvido para atender às novas instalações do Tribunal, e conhecimento esse extensivo aos demais funcionários que dela participaram, anotando-se nas respectivas fichas funcionais.

Proseguindo, passou-se à apreciação de Emenda Regimental oferecida pelo Exmo. Sr. Juiz Roberto Barretto Prado, dando nova redação ao parágrafo 19, do artigo 99, do Regimento Interno.

Após leitura do parecer da Comissão do Regimento feita pelo Exmo. Sr. Juiz Rubens Ferrari, preliminarmente, decidiu o E. Tribunal, por maioria de votos, ser desnecessário o encaminhamento da matéria quanto aos Juizes eleitores à Comissão do novo Regimento Interno, vencidos os Exmos. Srs. Juizes Rubens Ferrari, Francisco Garcia Monreal Júnior e Bento Pupo Pesce; por maioria de votos, decidiu o E. Tribunal que o Colégio Eleitoral deve ser formado por todos os Juizes do Tribunal, vencidos os Exmos. Srs. Juizes Roberto Barretto Prado e Bento Pupo Pesce que excluíam os Juizes temporários; finalmente, decidiu o E. Tribunal, por maioria de votos, aprovar o substitutivo oferecido pela Comissão, de nova redação do parágrafo 19, do artigo 99, do Regimento Interno, para constar como no final transcrito, vencidos os Exmos. Srs. Juizes Wilson de Souza Campos Batalha, Antônio Pereira Magaldi, Afonso Teixeira Filho, Henrique Victor, Marcos Manus, Délcio Trevisan, Vinicius Ferraz Torres, Celso Mendes Peres Carpintero e Nelson Virgílio do Nascimento, que mantinham a redação atual do dispositivo, ficando rejeitada parcialmente a proposta de alteração regimental oferecida pelo Exmo. Sr. Juiz Roberto Barretto Prado.

O E. Tribunal, por unanimidade de votos, decidiu designar a próxima sessão do dia 2 de setembro, às treze horas, para proceder a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, bem como sessão extraordinária de julgamento para o dia 3 seguinte, publicando-se pauta e realizando-se, em seguida, sessão administrativa.

No encerramento da sessão, o Exmo. Sr. Juiz Roberto Mário Rodrigues Martins solicitou ao Exmo. Sr. Presidente não fosse feita adaptação do prédio da Avenida Rio Branco até o desfecho final do Mandado de Segurança impetrado, eis que, conforme o resultado, pretende, oportunamente, propor a utilização de apenas dois prédios para funcionamento dos órgãos de primeira instância da Capital, ficando o da Avenida Casper Líbero para a instalação da Distribuição dos Feitos e outros serviços auxiliares. Encareceu o Exmo. Sr. Presidente que um estudo do engenheiro Del Nero, encarregado das adaptações, será apresentado ao E. Tribunal, ainda em sua gestão.

"Artigo 99. do Regimento Interno
§ 19 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos dentre os Juizes mais antigos, em número correspondente aos dos cargos de direção, através de votação secreta, na penúltima sessão anterior ao término dos mandatos."

Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente declarou encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Secretário do Tribunal Pleno, lavrei a presente ata, que, aprovada, vai assinada por S.E.Xa. e por mim subscrita.

NELSON VIRGÍLIO DO NASCIMENTO
Presidente
WALDIR CARVALHO
Secretário do Tribunal Pleno

ATA Nº 71/80

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA A 29.8.1980

Às dezesseis horas do dia vinte e nove do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta, à Rua da Consolação, número um mil, duzentos e setenta e dois, vigésimo andar, nesta Capital, reuniu-se o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, em sessão extraordinária, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Nelson Virgílio do Nascimento, com a presença do Secretário do Tribunal Pleno, Dr. Waldir Carvalho e dos Exmos. Srs. Juizes Wilson de Souza Campos Batalha, Antônio Pereira Magaldi, Nelson Ferreira de Souza, Henrique Victor, Aluysio Simões de Campos, Pedro Benjamin Vieira, Benedito Dario Ferraz, Fernando da Cunha Gonçalves, Geraldo Santana de Oliveira, Júlio de Araújo Franco Filho, Fausto Gigliotti, Francisco Pugliesi, Délcio Trevisan, Vinicius Ferraz Torres e Celso Mendes Peres Carpintero. Presente, também, o Exmo. Sr. Procurador Regional do Trabalho, Dr. Paulo Chagas Felisberto. Presentes, ainda, os Exmos. Srs. Dr. Sebastião de Paula Coelho, Secretário de Estado das Relações do Trabalho, representando o Sr. Governador do Estado de São Paulo, Eng. Paulo Salim Maluf; Juiz Nassr Bugamra, DD. Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; Juiz Jurandyr Nilsson, DD. Presidente do 1º Tribunal de Alcáida Civil do Estado; Juiz Luiz José Guimarães Paço, DD. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Acadêmico Paulo Bonfim, representando o Desembargador Young da Costa Manso, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. João Lopes Guimarães, Secretário da Administração Municipal, representando o Prefeito do Município de São Paulo, Eng. Reynaldo Emílio de Barros; Juiz José Ajuricaba, representando o Presidente do Tribunal Regional da 6ª Região; Dr. Ubirajara Cardoso Rocha, representando o Presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Dr. José Papa Júnior; Dr. Hélio de Mello, representando o Delegado Regional do Trabalho, Dr. Ricardo Nazim Sady; Dr. Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, representando o Secretário da Cultura do Estado de São Paulo, Sr. Antonio Henrique da Cunha Bueno; Dr. Luiz Francisco Guarim, representando o Secretário Municipal de Cultura, Sr. Mário Chamey; Ten. Luiz Antonio Azevedo, representando o Presidente da Comissão Naval em São Paulo, Com. Almirante Milton Ribeiro de Carvalho e Don Ernesto de Paula, representando o Bardeal C. Paulo Evaristo Dias. Dando início às solenidades, com a presença dos Exmos. Srs. Juizes, autoridades, personalidades, advogados e funcionários, foi pela Sra. Isabel de Castro Mello, filha da Secretária Administrativa, a solenidade de inauguração, desceram quadros inaugurando a nova instalação do E. Tribunal, oportunidade em que o Exmo. Sr. Presidente proferiu as seguintes palavras:

"Dignificadas autoridades, minhas senhoras, meus senhores. Sabendo, neste momento, a honra excepcional de inaugurar a sede do Tribunal Regional do Trabalho. Reunimo-me aqui num dia que presar de sua natural simpatia, diz bem a sua muito bem da elevada missão da Justiça do Trabalho, na obra do desenvolvimento nacional. Na inauguração deste edifício monumental, inauguramos a

importância que lhe atribui o Poder Executivo, a cujo chefe, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, não é possível, nesta hora minuar louvores. Se a Justiça, no dizer de Ruy Barbosa, é a essência do Estado, o Estado mais se consolida, quando assegura o conceito que ela merece. Eis o Tribunal do Trabalho de São Paulo em lugar condigno, para cumprir sua nobre missão. A presença de V.Exas. dá mais esplendor a um dia auspicioso. Muito obrigado."

Após a entrada no Plenário do Exmo. Sr. Presidente e autoridades foi executado o Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Abrindo a sessão, o Exmo. Sr. Presidente disse que a reunião tinha por finalidade dar prosseguimento à solenidade de inauguração.

Inicialmente, determinou ao Sr. Secretário do E. Tribunal Pleno que lesse inúmeros telegramas e telex recebidos de autoridades, manifestando o regozijo pelo evento.

Proseguindo, deu a palavra ao Exmo. Sr. Juiz Wilson de Souza Campos Batalha, para falar em nome do E. Tribunal, tendo S.E.Xa. proferido a seguinte oração:

"1. Nossa época e nossos problemas
Vivemos em período de imensas preocupações e de problemas. De preocupações e de problemas angustiantes, como preparação e interrogações fundamentais para o ingresso no segundo milênio de nossa História.

Sobre os ombros de nossa geração, que viveu os períodos de maior incerteza e de mais profundas contestações de valores basilares - nossa época é a época da contestação - pesa toda a responsabilidade de defesa dos padrões de civilização ocidental, contra as ondas da barbárie do Século XX, do fanatismo e do primitivismo, das violências e das agressões.

Sobre os ombros de nossa geração, aqui e agora, pesa toda a responsabilidade de manter o ritmo de progresso que nos possibilita a criação de empregos para uma densidade geográfica em crescendo explosivo e que rasgue os amplos caminhos que nos permitam ingressar no ano dois mil com a convicção plena de nossa segurança e de nos ao futuro, como potência que emerge.

2. O problema político
Atendendo a nossa tradição personalista, a abertura política consagrou a superação da fase transitória de depuração de nossos conflitos ideológicos. Após assegurados os fundamentos de nossas estruturas democráticas, assentadas nos ideais libertários dos fundadores da República, tornava-se imperioso retornar aos critérios de normalidade tão caros aos anseios de nosso povo. Mas, em torno aos ideais alanceros de abertura política, surgem os fantasmas dos totalitarismos e dos espíritos objetivos, da dialética do real e do racional, como um determinismo histórico destruidor das liberdades e da autodeterminação dos indivíduos e dos povos.

Os Séculos XVIII e XIX constituíram a longa preparação filosófica do idealismo que procurava amoldar o real ao racional, a explodir nas catedras de Jena e de Berlim, nas altisonantes manifestações de Hegel, que viria no Estado a suprema realização da razão, o racional - em si e por si - como se fora um Deus Terreno. E dessa fonte nasceram as águas tortuosas dos totalitarismos da direita e da esquerda, esvazando as feridas da democracia, não para apriimorá-la, mas para destruí-la. A dialética materialista, que procura amoldar a realidade a supostas leis da razão, visa a dar embasamento filosófico a ideologias de destruição da liberdade nas aras do Estado todo-poderoso para a realização dos desígnios do unipartidarismo que não admite contestações, nem opções ou alternativas, nem permite a cada qual ter a sua própria visão do mundo e sua própria concepção da vida.

A abertura política impõe a segurança dos ideais democráticos, num sistema de auto-defesa inerente ao próprio regime, que não pode autodestruir-se pela tolerância e pelo conformismo a concepções que lhe são adversas e dotadas de elevado conteúdo de demolição de frangas estruturas.

3. O problema econômico
No contexto da economia, o mundo viveu, até 1973, a sua idade de ouro. A II Grande Guerra terminara e prosseguiram as guerras localizadas, aqui e acolá, numa intermitente sequência de desgastes e conflitos. Mas, a expansão da economia mundial parecia haver atingido limites inimagináveis. O Clube de Roma procurava traçar as fronteiras do crescimento do mundo - os nenúfares não podem expandir-se além da superfície aquosa em que medram - o mundo não pode crescer além dos limites de expansão, sob pena de autodestruir-se. Os alertas do Clube de Roma soavam como cantos fúnebres num mundo em febril impulso de desenvolvimento, numa economia em estado de superaquecimento. A poluição, o desequilíbrio ecológico, o baixo nível da qualidade de vida passavam como deletérios sintomas de que o mundo já atingira, neste milênio, os limites de seu crescimento possível, ou tolerável. Não obstante, a expansão econômica prosseguia, em ritmo cada dia mais intenso, num protesto gritante contra as tendências de paralisação ou redução.

Mas, em 1974, o mundo ocidental apoejou-se em crise. Iniciara-se a recessão e a estagnação, como sombras fantasmagóricas a tinar o brilho da idade do ouro. O Brasil, entretanto, prosseguia em acelerado crescimento, como um oásis de luz e sol, num mundo obnubilado pela recessão. A cada tentativa de redução de ritmo a economia brasileira reagiu respondendo com crescente velocidade. É evidente que dificuldades iriam surgir e as dificuldades desestabilizadoras já se apresentavam e não procurar ignorá-las, ou nos recolhermos a um pessimismo que não constrói, ou nos alinharmos entre os pregoeiros da descelebração da economia, que agravaria os problemas ao invés de resolvê-los. É preciso nos convencermos de que o caminho que seguimos está certo, de que os problemas são inerentes à própria via escolhida, mas nossa geração tem a responsabilidade de assumi-los e procurar absorvê-los e resolvê-los, aos poucos, no decorrer desta década.

4. O problema social

No contexto social, a inquietação e o desconforto decorrentes do próprio processo econômico em crescimento provocaram o nascimento de reivindicações e de arregimentações com novas características e novas técnicas, a que não foram estranhas tendências, práticas e orientações importadas.

Impõe-se que cada um de nós esteja definitivamente convencido de que somos auto-suficientes para resolver nossos problemas sociais. Temos nossos ideais, nosso estilo de vida, nossa concepção do mundo, temos nossos valores, nossas famílias, nossas preocupações e nossa maneira de resolvê-las. Não necessitamos do know-how alienígena em matéria social porque o problema social se acha vincadamente ligado à ordem pública, às tradições e aos valores de nosso povo, não comportando importações de técnicas de agitação social.

Na década passada caracterizou-se a superação da fase paternalista e do direcionamento dos líderes carismáticos. Nosso Direito do Trabalho surgiu como se fora dadi va ou presente. Inspirou-se, em grande parte, nos textos importados, embora com alto índice de nacionalização a cargo de figuras proeminentes em nossas letras jurídicas e cujos nomes permanecerão como marcos indelévels na história de nosso Direito do Trabalho. Mas, como um todo e na apreciação popular, o nosso Direito do Trabalho era considerado dialética de líderes carismáticos.

A superação da fase do paternalismo foi concomitante ao surgimento da fase reivindicatória. A auto-composição dos interesses, numa linha com de necessidades e possibilidades das forças básicas da economia, através de negociações diretas é a grande meta para este fim de milênio. A grande meta, sem as tradicionais demonstrações públicas, sem as tendências emocionais, sem o elevado potencial de carisma popular, mas nas sustentadas negociações de necessidades e de possibilidades a cargo de representantes categoriais cuidadosamente selecionados e eleitos, com as vistas voltadas para o equilíbrio da economia como um todo e da estabilidade social como um todo, é o grande desafio.

Cabe à categoria direta das categorias econômicas e profissionais definir os quadros do nosso futuro Direito do Trabalho dentro de uma precisa estrutura legal, mas sem revelar para o absurdo das reivindicações impossíveis ou para a impertinência das postulações por direcionamento político ou ideológico estranho aos interesses diretos dos participantes do processo econômico do trabalho.

Na sempre em toda a reivindicação econômico-social um terceiro interessado, que não se caracteriza como categoria juridicamente definida e que, no final de contas, é o derradeiro destinatário de todos os exaeris e de todos os desdobramentos da luta social - a categoria difusa, informe, desorganizada, mas de que todos os de mais categorias participam, juntamente com os sempre go, os vanguardistas, os marginalizados - a categoria dos consumidores.

Nesse contexto político, econômico e social, em que os problemas se avolumam como natural decorrência de nosso processo de desenvolvimento e adaptação das estruturas básicas, o significado da Justiça do Trabalho adquire especial relevo porque lhe está deferida a integral responsabilidade pelo imparcial desempenho de sua atribuição institucional de distribuir Justiça, a par de sua atribuição política de equacionar as forças da produção, através da adequada ponderação das exigências, das necessidades e das possibilidades, com as vistas voltadas para o desempenho da economia nacional e para o equilíbrio social em termos estáveis.

Até hoje, a Justiça do Trabalho, através de suas diversas fases e dos vários contextos político-sociais que teve de atravessar, vem desempenhando com galhardia a sua missão patriótica. E está em condições, pela ponderação dos Juizes que a integram, de continuar a sua tarefa imperiosa de harmonização de interesses e de atendimento das justas reivindicações dentro dos limites do possível no conjunto das circunstâncias econômicas. Este Tribunal, a que são submetidos os problemas inerentes ao contexto social da região em que se concentram maior vulto os empreendimentos econômicos de produção, tem sabido, desde o longínquo ano de 1941 em que se instalou à luz da Lei Orgânica da Justiça do Trabalho, enfrentar os problemas e resolvê-los com espírito de unidade, não obstante os diversos posicionamentos de seus Juizes. Este Tribunal tem dado mostras de perfeita unidade no espírito de fazer Justiça e de manter, nos debates acalorados das grandes teses, ou na quotidiana disputa sobre matérias de fato e postulações individuais, sempre altaneiro o conceito desta Corte dentro do conjunto do Poder Judiciário Nacional.

Tenho tido a ventura de participar das lides desta Casa desde o seu nascedouro e, a cada dia, com renovado entusiasmo, tenho participado desse conjunto de Juizes que colocam bem alta a sua preocupação de fazer Justiça dentro dos cânones de nosso ordenamento positivo. O volume cada vez maior de feitos submetidos a nossa apreciação estava a exigir o aumento do número de Juizes e de Turmas, revelando-se exiguas, em curto prazo, as instalações do antigo prédio. Novas instalações tornavam-se indispensáveis, mas de molde a não serem superadas em uma década. Este Tribunal já se instalou em cinco edifícios, desde as exíguas salas da Rua Conselheiro Crispiniano. Em todas as instalações, a curto prazo revelou-se a impossibilidade de nelas prosseguirem as atividades. As instalações atuais, que a alguns podem parecer excessivamente amplas, permitem encerrar com tranqüilidade o atendimento a algumas décadas, em condições de dignidade e de prestígio da Justiça.

Entretanto, impõe-se, também, o atendimento aos justos reclamos da sobre classe dos advogados, nossos companheiros de trabalho na árdua, penosa e difícil missão de postular e de distribuir Justiça. O aprimoramento e a adequação dos órgãos judiciários de primeiro grau constituem imperativo do próprio prestígio da Justiça do Trabalho em nosso Estado. Cabe a este Tribunal encetar imediatamente os estudos conducentes a viabilizar o aprimoramento das instalações da primeira instância, de molde a adequá-las ao necessário desempenho de Juizes, advogados e funcionários da Justiça, em condições de conforto, que exigem a magnitude da tarefa que desempenham e o imenso volume de processos a seu cargo. Desejamos, antes de encerrar nossas palavras, estender nossa saudação, em nome deste Egrégio Tribunal, a seu Presidente, o Dr. Nelson Virgílio do Nascimento. Com seu elevado senso de Justiça e com sua firmeza de convicções, tem sabido S.E.Xa. dirigir os destinos desta Justiça em momentos difíceis, nos quais a própria respeitabilidade de nossos pronunciamentos foi posta em jogo, considerando-se nossas decisões normativas como simples propostas a serem submetidas a debates nas assembleias sindicais. A segurança com que tem agido S.E.Xa. constitui uma das razões pelas quais esta Justiça e este Tribunal têm mantido seu padrão de dignidade e respeitabilidade. Deve-lhe a Justiça do Trabalho o majestoso edifício que agora se inaugura e que permitirá a este Egrégio Tribunal ter morada permanente através de décadas, sem a preocupação, que foi uma constante em toda a sua história, de mudanças com relativa frequência. Em nome dos eminentes Juizes deste Egrégio Tribunal, estendemos nossa palavra de saudação à sobre classe dos advogados, magistrados em pé, soldados como nós na luta pelo grandioso ideal de Justiça, de dignidade e de respeito dos pressupostos de nossas liberdades e de nossas convicções democráticas. Estendemos também, em nome dos eminentes Juizes desta Corte, nossas palavras de agradecimento a todos os funcionários desta Justiça, que se têm revelado, mesmo nas condições mais adversas e asseverbados por um volume de serviço a cada dia crescente, de uma dignidade, de uma dedicação e de uma eficiência retercedoras dos maiores êxitos e que não poderiam ser deslembadas neste instante.

A todos, os nossos agradecimentos em nome dos eminentes Juizes deste Tribunal. Com a palavra, o Exmo. Sr. Procurador Regional do Trabalho, Dr. Paulo Chagas Felisberto, assim se manifestou: "Vamos nos conter nos limites estreitos de uma saudação. No momento em que o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo inaugura a sua nova sede própria, nós, os procuradores, jubilosamente, nos congratulamos com os seus Eminentíssimos sobre-Juizes e sua ilustre Presidência pelo esplêndido acontecimento. Acontecimento sim, e não apenas um fato do corrente, ou seja, do dia a dia. Trata-se do funcionamento do T.R.T. em sua moderna sede própria, e que agora está à altura da importância deste conspícuo Tribunal, no qual seus honrados e eruditos julgadores numa porfia incessante e exaustiva trazem para os milhares de litigantes as justas decisões sobre suas pendências.

A sede onde passa a funcionar o T.R.T. e que hoje abre suas portas a todos os interessados, sem conter luxo condenável, ou outro qualquer tipo de preciosismo ou esnobismo, constitui-se, não mais, em ampla, planejada, e caprichada construção, apta a corresponder às necessidades do maior Tribunal Trabalhista do País, e que, do mundo, quer na proliferação de sentenças sobre dissídios individuais, quer sobre dissídios coletivos, sendo que nestes suas decisões têm força normativa. Vai longe o tempo em que os Juizes, por efeito da responsabilidade de sua missão, e pela esperança e confiança que lhes entregam as partes deixaram de pertencer a si mesmos, inclusive sacrificando o convívio termo e em levante da família.

Nenhum interesse ou conveniência os torna mais como aqueles de estar mergulhado no mar de livros e processos para a distribuição da verdadeira justiça às legiões de trabalhadores que clamam por ela.

Propiciar um ambiente de trabalho condigno, aqueles que dedicam suas vidas ao julgamento das questões de seus semelhantes, não equivale a privilégio ou vaidade, mas, sim, uma garantia para que bem possam cumprir sua religiosa missão.

E desse ambiente, de dispersar dignas instalações aos órgãos da Justiça cível, não se há de dividir nenhum, sobre o a Primeira Instância, onde de ordinário, se conta na preparação jurídica dos processos com a contribuição eficiente e imprescindível da sobre classe dos advogados, a que nos orgulhamos de pertencer. Valorizar, então, a categoria de todos os serviços judiciários da primeira instância, seria etapa seguinte do grande Presidente Juiz Nelson Virgílio do Nascimento. To gavia, o término de seu mandato, que se aproxima, não lhe permitiu realizar todo o seu propósito.

O Presidente que lhe sucederá terá como questão alta o atendimento na justa aspiração da Primeira Instância, consistente em instalações adequadas para o exercício de seus ministros.

A seguir, registamos o reconhecimento da Procuradoria Regional ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho - que lhe ordena, sem mais, o primeiro andar para o seu funcionamento, acolhendo, assim, a sugestão do Insituto Pres. Bento, em tal sentido.